

CONCEITOS E CONCEPÇÕES DE FRONTEIRA NA ABORDAGEM GEOGRÁFICA

Suelen Terre de AZEVEDO¹

Elpídio SERRA²

RESUMO

Este artigo tem como objetivo promover um debate sobre as concepções teóricas de fronteira e território a partir da abordagem geográfica, contribuindo para os estudos fronteiriços. As fronteiras oferecem uma perspectiva sobre como a sociedade interage com o território, e o conceito de fronteira tem muitos significados que são constantemente redefinidos e reinterpretados à medida que territórios mudam. A pesquisa se justifica pela extensa literatura que busca explicar o território e a fronteira, sendo necessário estabelecer as bases evolutivas para traçar uma linha de diálogo que colabore com as pesquisas fronteiriças. Como exemplo será citada a fronteira do Brasil com o Paraguai, através do recorte para os municípios paranaenses. O texto foi elaborado a partir da revisão teórica sobre o tema e, para isso, o procedimento metodológico realizado foi a revisão bibliográfica, na sequência são apresentadas as observações obtidas em trabalho de campo nos municípios brasileiros da fronteira. Os resultados mostram que a região fronteiriça do Lago de Itaipu é complexa, visto que ocorrem diferentes dinâmicas entre as cidades-gêmeas e os outros municípios fronteiriços onde os movimentos migratórios são menos aparentes. Assim, ocorre que a fronteira é marcada pela vivência dos moradores dos dois países, Brasil e Paraguai, que estabelecem nestes espaços sua territorialidade.

Palavras-chave: Território. Territorialidade. Lago de Itaipu. Fronteira Brasil - Paraguai.

¹ Doutorado em Geografia pela Universidade Estadual de Maringá (UEM).

² Docente na Universidade Estadual de Maringá (UEM).

BORDER CONCEPTS AND CONCEPTIONS IN THE GEOGRAPHIC APPROACH

ABSTRACT

This article aims to promote a debate on the theoretical conceptions of border and territory from the geographical approach, contributing to border studies. Borders offer a perspective on how society interacts with territory, and the concept of border has many meanings that are constantly redefined and reinterpreted as territories change. The research is justified by the extensive literature that seeks to explain the territory and the border, and it is necessary to establish the evolutionary bases to draw a line of dialog that collaborates with border research. As an example, the border of Brazil with Paraguay will be cited, through the cutout for the municipalities of Paraná bordered by Lake Itaipu. The text was elaborated from the theoretical review on the subject and, for this, the methodological procedure carried out was the bibliographic review, following the observations obtained in fieldwork in the Brazilian municipalities of the border are presented. The results show that the border region of Lake Itaipu is complex, since different dynamics occur between the twin cities and the other border municipalities where migratory movements are less apparent. Thus, the border is marked by the experience of the residents of both countries, Brazil and Paraguay, who establish their territoriality in these spaces.

Keywords: Territory. Territoriality. Lake Itaipu. Brazil-Paraguay border.

1 INTRODUÇÃO

Este artigo discorre sobre a temática da fronteira na perspectiva geográfica. O objetivo é promover um debate acerca das concepções de fronteira a partir da abordagem geográfica, contribuindo para os estudos fronteiriços. A justificativa se dá pela extensa literatura que busca explicar o território e a fronteira, sendo necessário estabelecer as bases evolutivas para traçar uma linha de diálogo que colabore com as pesquisas fronteiriças.

O trabalho está dividido em quatro partes: a primeira, que trata sobre o conceito de território, através dos autores Ratzel (1988), Becker (1983; 2012), Raffestin (1980;1993), Gottmann (1973), Sack (1986) entre outros. A segunda, que indica de modo específico como o conceito de fronteira foi se desenvolvendo com o passar do tempo, até a concepção moderna do termo, decorrendo pelo pensamento de Ratzel (1988), Turner (1920), Ancel (1938;1984) Gottmann (1952), Foucher (1991), Raffestin (1993), Martins (1997), Albuquerque (2010), Benedetti (2013), entre outros. Na terceira parte, são discutidas as distinções entre conceitos importantes para a análise fronteiriça, como zona, faixa e limite de fronteira. Na sequência, a quarta parte aborda como exemplo, as interações transfronteiriças referentes a busca por serviços, que ocorrem na fronteira do Brasil com o Paraguai, com o recorte para os municípios paranaenses: Guaíra, Mercedes, Marechal Cândido Rondon, Pato Bragado, Entre Rios do Oeste, Santa Helena, Missal, Itaipulândia, São Miguel do Iguaçu, Santa Terezinha do Itaipu e Foz do Iguaçu.

O texto foi elaborado a partir da revisão teórica sobre o tema, para isso o procedimento metodológico realizado foi a revisão bibliográfica, em conjunto com as observações obtidas em trabalho de campo nos municípios da área de estudo.

2 O TERRITÓRIO NA PERSPECTIVA GEOGRÁFICA

O território, tal como analisado nos estudos geográficos, é indissociável do espaço e a busca por uma compreensão científica perpassa variados estudos de sua epistemologia na evolução da Geografia, sendo construído a partir das diversas correntes históricas do pensamento político. Conforme Cury (2010), a etimologia da palavra “território”, de origem latina, exhibe uma dupla conotação de forma simbólica e material. A primeira conotação estabelece similaridade entre terra e *territorium*, com ênfase na noção de identificação, de apropriação e de pertencimento a uma

porção de Terra. A segunda conotação faz similaridade entre *térreo* e *territor*, definida por terror, aterrorização e dominação. Em ambas as interpretações, a origem da palavra território está diretamente relacionada com o sentido de dominação e poder, de uma maneira muito material, e no sentido de apropriação em uma visão simbólica.

O que caracteriza os estudos propostos por Ratzel (1988) sobre o território, é a representação do Estado, visto que, em uma sociedade politicamente organizada, a defesa do território é originada a fim de atingir certo grau da civilização. Deste modo, o Estado-nação se torna a expressão da evolução humana, ou seja, uma nação é definida pelo território em comum. A versão ratzeliana indica que o território representa conjunção entre solo e povo através da organização social do Estado, e estabelece a questão legal e moral que a sociedade expressa ao exercer sua territorialidade.

Becker (1983) seguiu a mesma linha de Ratzel, em sua primeira teorização sobre o Estado. Para a referida autora, o território emergia concretamente, o que configurava na formação do Estado através da criação de unidades políticas do espaço, expressas pelo espaço físico das entidades jurídicas, administrativas e políticas. Nessa compreensão, ocorrem as relações entre espaço e poder, determinando estratégias e conflitos entre novos territórios e seus limites, na questão da ação governamental. Assim, o Estado-Nação é considerado como um único conceito, mediante uma concepção de poder e território unidimensional

Em contraponto, ao revisar seus argumentos anteriores e teorizar em favor da multidimensionalidade do poder, Becker (2012) estabelece outra proposição no que se refere ao uso político do território, fundamentada em Raffestin (1980). Becker (2012) ressalta que o território do Estado precisa assimilar as diferentes escalas de poder, tanto inferiores (esfera jurídica e política) como as superiores (supranacionais), e destaca que:

A Geopolítica que queremos resgatar é a do reconhecimento, sem fetichização, da potencialidade política e social do espaço, ou seja, a do saber sobre as relações entre espaço e poder. Poder multidimensional, derivado de múltiplas fontes, inerente a todos os atores, relação social presente em todos os níveis espaciais. Espaço, dimensão material, constituinte das relações sociais e, por isso mesmo, sendo, em si, um poder (BECKER, 2012, p. 100).

Para a autora supracitada, a gestão do território deve ser realizada com base nos usos do território no espaço-tempo, a partir de uma visão estratégica e científico-tecnológica do poder. Por isto, são verificados múltiplos poderes em distintos níveis espaciais, que envolvem as organizações supranacionais que confrontam o poder do Estado, em busca de vantagens ao capital internacional. Destarte, o território se caracteriza como um espaço formado pela organização de seus diferentes atores sociais se sobrepondo na atuação do Estado.

Para Corrêa (1995), contrapondo-se ao pensamento naturalista de Ratzel, o Possibilismo de La Blache, no final do século XIX, efetiva o termo de região para rebater a noção de território. De acordo com Lacoste (1997), o conceito labacheano de gênero de vida descreve o modo de existência e estilo de vida moldado pelas relações humanas com o território. Este território é dividido em unidades e subdividido em várias regiões. Isso demonstra que as fronteiras são demarcações baseadas nos meios naturais e seu pertencimento é estabelecido por tempos imemoriais. Nessa perspectiva, a região é vista como um organismo, e o meio físico fornece o suporte necessário para o desenvolvimento humano.

Moraes (2005) indica que, no Possibilismo, o papel do geógrafo caracterizava-se pela delimitação e descrição do espaço geográfico. Nessa concepção, o ser humano era considerado passivo e deveria adaptar-se na paisagem regional. O caráter eminentemente descritivo desse modelo fortaleceu a dicotomia “homem X natureza”, e promoveu muitas críticas, o que posteriormente foi nomeado como método regional.

Novas conceituações sobre o território discutidas por Gottmann (1973), na década de 1970, redefiniram o termo como uma porção do espaço geográfico, coincidindo com extensão espacial da jurisdição de um governo. Nesta concepção, o território é determinado por um processo político, organizado pelos indivíduos no espaço, com intenções e objetivos próprios. Para o autor citado, o território reorganiza a sociedade mediante relações de dominação e controle, dessa forma, o território é concreto, material e político-ideológico.

Conforme Saquet (2009), a abordagem híbrida que Gottmann confere ao território, proporcionou um salto qualitativo sobre seu conceito na Geografia, renovou a derivação do termo através das obras de La Blache, e desmontou a concepção de que o Estado é o único detentor do poder. Deste modo, a definição de território é renovada com as novas contribuições que quebraram os paradigmas sobre a temática.

A partir da década de 1980, Raffestin (1993) fundamenta sua tese ao repensar o conceito de território, baseando sua teoria na relação do homem com o espaço mediante ações de poder. Sob esse viés, o território é classificado como uma construção humana, na qual as ações sociais promovidas produzem o que é chamado de território.

Raffestin(1993) enfatiza que:

É essencial compreender bem que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator “territorializa” o espaço [...] (RAFFESTIN, 1993, p. 143).

As contribuições de Raffestin (1993) sobre o território, e sua formação a partir do espaço mediante a territorialização, em qualquer nível, incluindo as ações de poder, concebem o sistema territorial, o qual é dividido em três subconjuntos estruturais: a tessitura, o ponto e a rede. É por intermédio desses elementos que a diversidade das práticas e as lógicas espaciais são compreendidas, e posto isto, “[...] sustentam a prática espacial. Conjuntos estruturais aparentemente multiformes, mas que são, de fato, imagens possíveis de uma mesma estrutura de base” (RAFFESTIN, 1993, p. 151).

Para Raffestin (1993), ao percorrer a tessitura, é possível analisar como os exercícios dos poderes se conjugam e indicam a área atingida conforme sua capacidade. Nessa percepção, os Estados constituem tessituras estáveis, enquanto outros grupos organizacionais precisam se adaptar às mudanças estruturais e conjunturais ocorridas no espaço, pois não apresentam homogeneidade ou uniformidade. O subconjunto dos pontos define os locais de poder hierarquicamente abaixo da tessitura. Os pontos abarcam os atores que controlam e influenciam a criação de redes, asseguram sua posição e função. O terceiro e último subconjunto estrutural é a rede. Este é um sistema de linhas que desenham as tramas, sistema que pode ser abstrato ou concreto, representa o poder e a dominação de alguns atores.

Sobre o conjunto estrutural referido (tessitura, nós e redes), no qual ocorre a formação do sistema territorial, entende-se que essa é a representação das relações que são organizadas sobre o território. Raffestin (1993) indica, que a organização do território é o meio, mas também, tem como finalidade propor a ideologia da organização, e mostra-se de modo estratégico, sendo ora produto,

ora, meio de produção, expostos nas práticas espaciais e caracterizam campos de poder divergentes na produção do território.

Sack (1986) aborda a territorialidade baseada nas motivações humanas, visto que, pode ser representada através da intenção de controlar recursos e pessoas, na busca por definir, delimitar e controlar áreas específicas. Para o autor, uso do termo “território” na Geografia configura-se através da evolução e do aprofundamento da noção do uso do espaço. Sack (1986) passa a caracterizar o território através da globalização, e afirma que os limites territoriais não são imutáveis, pois modificam estrategicamente os recursos e o controle espacial abarcados pela fluidez, que transpassa as fronteiras por meio das mercadorias, das pessoas, da informação e do capital financeiro. Esse movimento com a representação do território-rede-lugar exhibe que o território é marcado mediante as noções de “rigidez” e de “territorialização”. Já a rede aponta para uma fluidez caracterizada pela desterritorialização e, nessa perspectiva, o território é um tipo de lugar.

O geógrafo Haesbaert (2006) explicita que todas as relações humanas acontecem no território, e isso é indissociável. Assim, a conotação de territorialização é própria da natureza humana e sua relação com o espaço. Então se pode definir territorialização, tal como o fez Haesbaert (2006):

[...] como o processo de domínio (político-econômico) e/ou de apropriação (simbólico-cultural) do espaço pelos grupos humanos. Cada um de nós necessita, como um “recurso” básico, territorializar-se. Não nos moldes de um “espaço vital” darwinistartzeliano, que impõe o solo como um determinante da vida humana, mas num sentido muito mais múltiplo e relacional, mergulhado na diversidade e na dinâmica temporal do mundo (HAESBAERT, 2006, p. 16).

A conexão de territórios, de acordo com Haesbaert (2004), promove o constante movimento de territorialização-desterritorialização-reterritorialização. Para entender a lógica e a produção dos movimentos, sua distribuição e extensão no espaço geográfico, se deve compreender que a estrutura das redes tem a função em distribuição/circulação de matérias-primas, de objetos e de pessoas.

Sobre a construção do território, Haesbaert e Limonad (2007) corroboram que:

Assim, a princípio, há três possibilidades na fundamentação dos territórios, conforme estejam mais ligados a uma ou outra destas três esferas da sociedade. Num sentido mais material-funcionalista, o território pode estar vinculado tanto ao exercício do poder e ao controle da mobilidade via fortalecimento de fronteiras, quanto à funcionalidade econômica que cria circuitos relativamente restritos para a produção, circulação e consumo. Num sentido mais simbólico, o território pode moldar identidades culturais e ser moldado por estas, que fazem dele um referencial muito importante para a coesão dos grupos sociais (HAESBAERT; LIMONAD, 2007, p. 49)

Machado e Haesbaert (2005), abordam que o território se caracteriza por ser um produto de processos que são assimilados pelo espaço físico, por intermédio da população em uma construção histórica. Os meios de controle, dominação e apropriação do espaço geográfico, muitas vezes, não coincidem com as propostas de limites definidos. Cabe ressaltar, conforme Benedetti (2013), que limites não são o mesmo que fronteiras, visto que são entidades diferentes, pois singularizam-se pela cronologia desigual, já que muitos controles aduaneiros já haviam sido estabelecidos, mesmo antes dos limites serem definidos. Posto isto, muitas fronteiras surgiram primeiro e somente depois de tempos é que a delimitação se concretizou.

Entende-se, portanto, que a territorialização se constitui como um espaço vivido, delineando o território através das comunidades, por uso e posse, em que a determinação jurídico-administrativa não se constitui como intransponível. Esse dinamismo, conforme Silveira (2011), converge novamente para a noção de “território usado”, uma vez que se caracteriza pela participação das ações humanas sobre o comportamento no território das pessoas, das instituições e das empresas. Esses processos progridem ao desmanchar limites anteriores e criar outros, concebendo novas localizações, novas divisões do trabalho e novas formas de cooperação.

Para Heinsfeld (2016, p. 27) “a noção de fronteiras territoriais foi fundamental para a elaboração das doutrinas geopolíticas. Todo pensador geopolítico tem na fronteira um dos seus objetos fundamentais”. Neste contexto, é oportuno trazer ao debate algumas teorias e ideias formuladas para o estudo das fronteiras, por se tratar de visões tão polissêmicas.

3 FRONTEIRAS: TEORIAS E CONCEITOS

As áreas fronteiriças proporcionam um panorama referente a dinâmica da sociedade com o território. É importante destacar que o conceito de fronteira engloba múltiplos significados, os quais são ressignificados e reinterpretados, consoante com as novas características que compõem os territórios. Esta seção discorre sobre o conceito de fronteira a partir de uma abordagem geográfica, e estabelece as visões de diversos autores em tempos distintos, ressalta-se que não se esgotam as possibilidades de outras interpretações.

A fronteira pode ser identificada como um conceito derivado do território, visto que os limites são estabelecidos quando o estado-nação se territorializa. Benedetti (2013) aponta que os estudos sobre a fronteira se remetem a compreensão do território, conjugado com as relações de poder, controle material e simbólico.

Em síntese, Steiman (2008) assinala que no Império Chinês (século III a.C. até ao início do século XX) e no Império Romano (século III a.C.), a fronteira era concebida como o limite da civilização. Por essa lógica, poderiam ser representadas por linhas fortificadas, como na China, ou como os limites de expansão do território, como eram definidas pelos romanos. Matos (2012) indica que a fronteira medieval correspondia a uma região que funcionaria como separação e teria uma função defensiva, sendo marcada e administrada como um território especial, as linhas de fronteira sofriam interferência do Estado, assim como são definidas as zonas de fronteiras atuais.

Neste âmbito, a fronteira surge como um fenômeno da vida social, a qual representava as margens do mundo habitado, ou seja, a fronteira representaria o início de um Estado, com a finalidade de expansão deste espaço. A ideia dos limites na concepção do fim da unidade política não consistia ou representava a delimitação de um Estado, mas sim, onde estaria a possibilidade do seu processo de crescimento (Turner, 1920). Machado (1998) assinala a espontaneidade em que, conforme o desenvolvimento da civilização, as fronteiras passam a ser lugares de comunicação. Isto consiste no âmbito de que a delimitação de fronteiras é diferenciada ao longo de tempos diversos

Wesley (2011) e Steiman e Machado (2002) enfatizam que no período marcado pelos séculos XIII a XV, as fronteiras eram definidas pela herança dos feudos. Com isso, os indivíduos ligados por laços de vassalagem ultrapassaram os territórios pertencentes a reinos e impérios, na criação de um mosaico próprio que, na prática, não representava o domínio de poder dos reis. A

partir das interações que ocorriam nestes limites, as bases do sistema, que até então eram determinados por direitos hereditários e históricos, começam a se fragilizar e ruir. Então, o período caracterizado pelo poder dos reis, em regime feudal, entra em decadência e fortalece uma nova delimitação marcada pelo início do Estado Moderno, visto que até então, no mundo europeu, não havia relações entre fronteira e soberania territorial.

Cataia (2001) retoma que na formação do Estado Moderno (final do século XIX e início do século XX) há o reconhecimento internacional das fronteiras, concebidas pela natureza jurídica do território. O mundo passa a ser fragmentado pelas fronteiras institucionais, e reconfigura os estados nacionais e suas colônias. Nesta configuração, é a delimitação das fronteiras nacionais que vai permitir aos Estados não apenas a diferenciação de territórios nacionais, como também estabelecimento de regimes jurídico-político próprios.

Na concepção jurídica descrita por Foucher (1991), as fronteiras são concebidas como função política, através das continuidades territoriais. São definidas por decisões políticas que autorizam o Estado no exercício do controle e poder para garantir a soberania do território. Por este motivo, as fronteiras adquirem uma relativa estabilidade, visto pela generalizada ausência de práticas de renegociação de limites. Dessarte, as fronteiras podem ser interpretadas como “descontinuidades territoriais”, na busca por delimitar politicamente os Estados-nações, ou seja, são instituições políticas que representam as decisões políticas amparadas por meios legais.

Sobre a questão das fronteiras, Ratzel (1988) as diferenciou em três grupos: as fronteiras políticas, as fronteiras naturais e as fronteiras artificiais. As fronteiras políticas podem ser simples, quando não existe um contato entre áreas políticas diferentes. Podem ser duplas, quando indicam a contiguidade de dois territórios nacionais, através de uma linha de demarcação de duas zonas de contato. São fechadas, quando se verificam enclaves dentro de uma unidade política. São descontínuas, quando se verificam exclaves, ou seja, partes do Estado que se encontram fora dos seus domínios territoriais. Deficientes, onde os conflitos por demarcações de novos limites fronteiriços são solicitados por causa de uma deficiência da demarcação anterior. Elásticas, ocasionadas por erros cartográficos, que diminuíram ou aumentaram as extensões territoriais.

As fronteiras naturais, podem ser classificadas em marcos físicos, onde os atributos da natureza estabelecem os limites do ecúmeno. As fronteiras naturais também podem ser “boas” ou “más”. Se ela favorecer a proteção do Estado, ela é boa. Porém, se ela não presta fisicamente para a defesa militar do Estado, ela é má. Por último, as fronteiras artificiais podem ser classificadas

como demarcadas, onde os limites são demarcados por tratados, mesmo que coincidam com os limites físicos da fronteira natural (Ratzel, 1988).

O geógrafo francês Jacques Ancel (1938;1984) elaborou novas teorias para a temática da fronteira. Suas discussões estavam conectadas aos acontecimentos humanos em maior ordem do que as questões territoriais, visto que as fronteiras modernas emergem da constituição de uma Nação. O autor citado, baseado no termo lablacheano “espírito da fronteira”, afirma que a fronteira assume características morais e espirituais. Este pensamento se estabelece por entender que não há “fronteiras naturais” e por caracterizar uma nação a partir dos contrastes de seus vizinhos. Por isso, Ancel (1938;1984), classifica as fronteiras como “isóbaras políticas”, já que são definidas pelos Estados por estratégias militares e diplomáticas. Sua teoria busca se contrapor às teorias geopolíticas de Karl Haushofer, atreladas a expansão através do espaço vital.

De acordo com a teoria formulada por Ancel (1938;1984), a fronteira é percebida pelos fronteiriços como algo negativo, por causa da burocracia e vigilância que vivenciam ao cruzar um ou outro lado. Como as demarcações oficiais não são capazes de separar homens, a rigidez se reflete por uma ilusão de limites fronteiriços ocasionada pelo forte relacionamento que os povos vizinhos possuem, não sendo superados pelas linhas que indicam separação.

Outro geógrafo francês que abordou o tema das fronteiras em seus estudos foi Jean Gottmann (1952), que indica que a fronteira pode ser resultado de acordos de paz, sem pressão bélica, conseqüentemente, não pode ser definida somente através do entendimento de que há pressões entre lados, mas também, através da formulação de acordos internacionais. A construção da fronteira deve ser baseada na força da iconografia e da circulação. A primeira é resultado da resistência coletiva às mudanças, que é apresentada nos lugares, enquanto, a segunda é marcada pela possibilidade de transformações. Outro ponto a ser considerado é que a circulação acelerada faz com que haja menos possibilidade de gerar a estabilidade dos lugares, portanto, a segunda força age sobre a primeira. Cabe ressaltar que as iconografias são essenciais às forças de circulação e são um elemento que proporciona a dinâmica da circulação. Estas duas forças agindo, de acordo com Gottmann (1952), são o que promove o aparecimento e desaparecimento das fronteiras.

Por conseguinte, a fronteira visualizada por múltiplos e variados efeitos, representa a partir de Raffestin (1993), um fato social, superando até o fato espacial no sentido mais restrito. A execução e gestão podem implicar na posse da soberania nacional e territorial e as relações não se

consistiriam no território restrito, mas seriam determinadas pelo arranjo de tempo e de espaços operatórios, onde seria o loco do sistema de relações entre disputas e poder.

Para Raffestin (1993), a demarcação dos limites das fronteiras permite o exercício de três funções básicas que formam um sistema hierárquico: a função legal, a função de controle e a função fiscal. Desse modo, a fronteira é caracterizada em conformidade com ações sociopolíticas e socioeconômicas, porém, a desfuncionalização dessas ações afeta o interior do território. Também é importante considerar que os limites são zonais, caracterizados pelas atividades econômicas ou culturais, que não se perdem de maneira brusca no território, senão de modo progressivo.

Através do fluxo espontâneo entre territórios, modificou-se a noção de fronteira natural para uma definição mediada pela nacionalidade, através do território do Estado, sendo que os limites deveriam ter como fundamento a cultura e a língua em comum. Steiman (2002) estabelece a constituição das fronteiras políticas internacionais a partir de três etapas: a) a delimitação, estabelece os limites através de tratados; b) a demarcação, implanta limites físicos como os marcos; c) a densificação, aperfeiçoa de modo sistemático a divisão territorial através de novos marcos.

A fronteira de cada território surge como uma ação de uma reação frente a outra. Os componentes básicos de um espaço fronteiriço são o limite interno e os das fronteiras adjacentes. Todos os elementos dentro de um espaço fronteiriço, para Benedetti (2013), interagem como um sistema.

Benedetti (2013) aponta uma diversidade de concepções sobre as fronteiras, as quais são sintetizadas pelo autor: a) As fronteiras como realidades processuais, em que elas surgem, se transformam e desaparecem, sendo alteradas pelas temporalidades, espacialidades e funcionalidades, portanto, as fronteiras nem sempre equivalem a descontinuidades. As fronteiras podem denotar tanto continuidades, como descontinuidades entre os territórios sobrepostos, a partir da análise de cada contexto particular; b) A Fronteira como objeto e como campo, aparece como uma abordagem das ciências sociais, e se manifesta, primeiramente em frentes que avançam sobre as territorialidades (indígenas ou camponeses), que provocam mudanças socioculturais e produtivas, em prosseguimento, como fronteiras internacionais, identificadas neste contexto como barreiras de proteção do território; c) A fronteira como lugar, considera as diversas escalas, os espaços de fronteira compõem singularidades e identidades coletivas, que tornam os espaços diferenciados e únicos, através da dinâmica própria que desenvolvem; d) As fronteiras também se constituem como realidades relacionais e, neste caso, as fronteiras são caracterizadas em suas zonas

de contato, pelas relações de vizinhança, podem ser amistosas ou bélicas, essas características tornam os espaços de fronteiras diferenciados do restante do território de um país

O conceito de fronteira para José de Souza Martins (1997), está vinculado ao tema das frentes pioneiras e remete-se às fronteiras internas. Desse modo, as fronteiras do Brasil e do Paraguai também se constituíram como área de expansão das fronteiras agrícolas, coincidindo com a ocupação da linha de fronteira internacional. Não é apenas a fronteira geográfica que promove os conflitos, mas, é a partir do encontro entre humanidades com culturas e costumes distintos. A área de fronteira vem a ser local de coexistências de humanidades, certamente um dos aspectos é o confronto entre o moderno e o arcaico, um encontro de tempos históricos diferentes, que promove o processo de degradação desses povos. Para Martins (1997), a fronteira se representa com sujeitos políticos e decifrá-la permite conhecer a própria sociedade brasileira.

Albuquerque (2010, p. 34), corrobora ao apontar que:

As fronteiras não são somente marcos de delimitação fixados no território físico. Elas representam o fim e o início da jurisdição estatal, os limites da cidadania e dos símbolos oficiais da pátria. Muitas vezes significam zonas de hibridismo entre línguas nacionais, meios de comunicação e outros símbolos culturais. As fronteiras nacionais são lugares de comunicação e de travessia, lugares de movimento de pessoas que cruzam os limites territoriais e configuram novas fronteiras (ALBUQUERQUE, 2010, p. 34).

O Estado, na intenção de se adequar para uma perspectiva diferente sobre as questões de fronteira, vem ao longo das últimas décadas desempenhando novas políticas referentes à função dos limites e das fronteiras internacionais. Para Machado (1998), essas estratégias desenvolvidas precisam convergir com as necessidades específicas das comunidades de fronteira, adquirindo caráter no âmbito subnacional.

Definir e discutir conceitos importantes para a análise fronteiriça, como zona, faixa e limite de fronteira é fundamental para entender as dinâmicas territoriais e sociais. No Brasil, esses conceitos são usados para orientar políticas públicas e estratégias de desenvolvimento na faixa de fronteira. Logo, entender esses conceitos é importante para compreender as dinâmicas territoriais e sociais na faixa de fronteira do Brasil.

4 DISTINÇÕES ENTRE ZONA DE FRONTEIRA, FAIXA DE FRONTEIRA E LIMITE

As delimitações das fronteiras do Brasil e de seus países vizinhos, foram elaboradas por tratados diplomáticos, determinados por militares, políticos e administradores, na qual foi seguido o modelo europeu na definição dos limites. Por conseguinte, a fronteira passa a ser uma construção, produzida historicamente. O seu significado para as pessoas, advém de suas percepções, ao identificar o Estado como o responsável por definir os limites fronteiriços.

Para que seja possível entender como a população de fronteira estabelece seus territórios, é fundamental caracterizar a fronteira produzida por ordenações jurídicas, políticas e administrativas. Salienta-se que há diferenças sobre a compreensão de “limite”, “faixa de fronteira” e “zona de fronteira” nos estudos geográficos. De acordo com Machado (2005), o conceito de zona de fronteira é compreendido por um espaço de interação composto por alteridades que ultrapassam o limite internacional, além de corresponder a uma territorialidade bem evoluída em razão dos fluxos de bens e serviços e das interações transfronteiriças. Já a faixa de fronteira está associada aos limites territoriais do poder do Estado. Os setores localizados no limite com um ou mais países expressam a demarcação territorial do poder do Estado. Neste intuito, a zona de fronteira é a soma das regiões fronteiriças, isto é, o local em que as interações efetivamente aparecem.

Para Machado (1998), existem dois significados que convergem para o termo limite, porém não são sinônimos. O primeiro reflete sobre a demarcação de uma linha que define uma configuração espacial, e contorna uma área, região ou território. O segundo cabe no contexto espacial de definição e edificação da soberania. A fronteira é configurada por forças centrífugas, para fora, enquanto os limites se orientam por forças centrípetas, para dentro. Nesse viés, Peiter (2005, p. 36) complementa que “[...] o limite é uma linha de separação abstrata, porém definida juridicamente (fator de separação), enquanto a fronteira configura uma zona de contato (fator de integração)”.

A Faixa de Fronteira, no Brasil, compreende uma área interna de 150 km de largura, paralela à linha divisória terrestre do território nacional. Na Figura 01, estão expostos os municípios que fazem parte da faixa de fronteira, onde se observa que a área dos municípios extrapola a faixa de 150 de metros, o que pode indicar em algumas regiões que as relações fronteiriças vão além da faixa. Nestes casos são verificadas interações que constituem a zona de fronteira.

Mesmo que distante dos grandes centros, as fronteiras desempenham importante papel para a integração regional. De acordo com Jessop (2004), através das proximidades e complementariedades geográficas são identificadas as transações transfronteiriças que se estabelecem em diversas escalas. As regiões transfronteiriças foram construídas mediante o enfraquecimento do protecionismo e o fortalecimento do neoliberalismo, sendo marcado pelo fim da Guerra Fria com os acordos políticos que visavam a integração regional.

Figura 01: Localização da faixa de fronteira do Brasil e cidades gêmeas



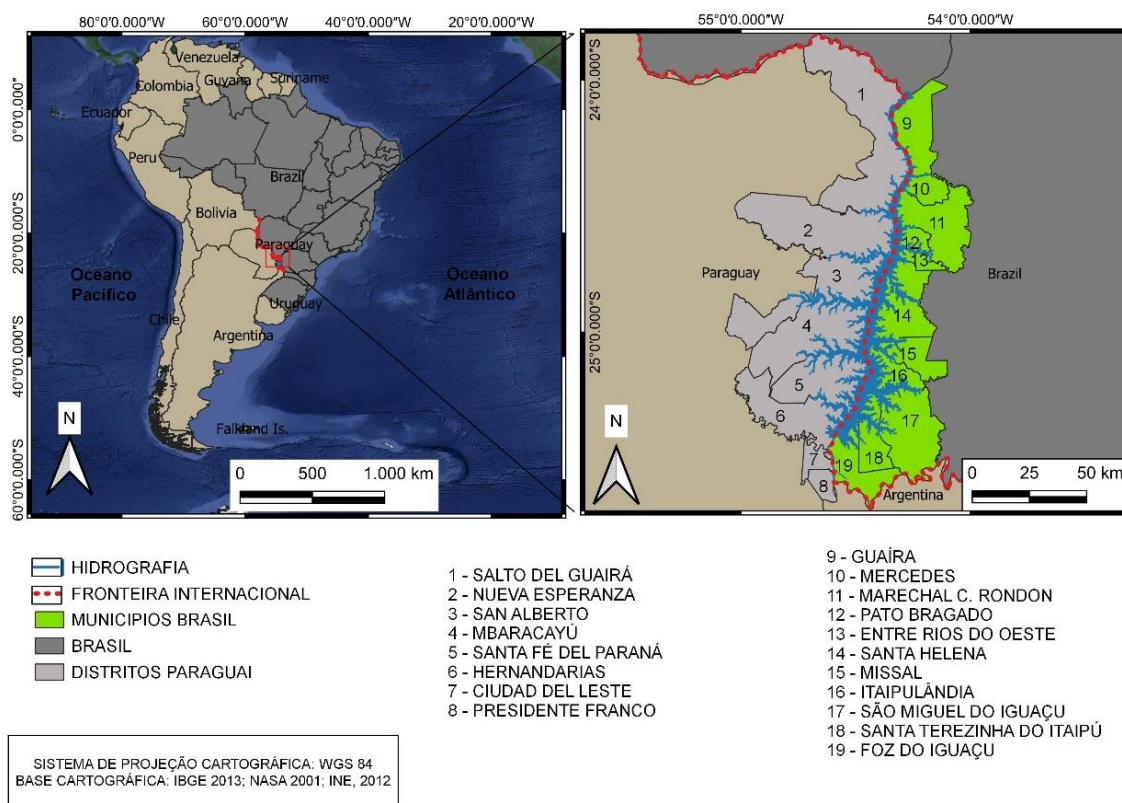
Fonte: Elaborado pelos autores, 2022

Estes espaços ganharam atenção com a regionalização transnacional de seus territórios, na busca por objetivos específicos, principalmente no âmbito político e econômico. Jessop (2004) identifica que as relações na região transfronteiriça representaram uma inovação entre as relações de espaço, lugar e escalas, ao criar tipos de lugares ou espaços para o desenvolvimento, produção, serviços, trabalho e consumo, na busca por vantagens específicas.

5 DINÂMICA DOS MUNICÍPIOS PARANAENSES NOS LIMITES DA FRONTEIRA BRASIL-PARAGUAI

Para exemplificar os conceitos anteriormente discutidos, os mesmos podem ser relacionados com a área fronteira do Lago de Itaipu. Neste sentido, se configuram as dinâmicas fronteiriças da linha de fronteira na margem brasileira do Lago de Itaipu, que compreende, nomeadamente, os municípios de Guaíra, Mercedes, Marechal Cândido Rondon, Pato Bragado, Entre Rios do Oeste, Santa Helena, Missal, Itaipulândia, São Miguel do Iguaçu, Santa Terezinha do Itaipu e Foz do Iguaçu, visualizados na Figura 02.

Figura 02: Localização dos municípios da linha de fronteira nas margens do Lago de Itaipu – Brasil e Paraguai



Fonte: Elaborado pelos autores, 2022.

Um fato interessante neste recorte, é que do lado brasileiro as municipalidades exibem dinâmicas distintas com o país vizinho, no caso o Paraguai. Vale indicar, que o município de Foz

do Iguaçu também compreende a região denominada de tríplice fronteira, na qual, agrega relações fronteiriças com a Argentina. A área deste estudo alterou sua dinâmica fronteiriça, por causa da construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu, que represou as águas do rio Paraná, constituindo o reservatório denominado de Lago de Itaipu em 1982. A formação do Lago alterou os limites territoriais dos países, já que parte das terras foram alagadas tanto nas margens brasileiras, quanto nas margens paraguaias. A criação do lago também mudou a dinâmica hídrica, permitindo uma navegabilidade facilitada entre as margens do Brasil e do Paraguai.

Neste contexto, Gimenez *et.al* (2018) indicam que na tríplice fronteira do Brasil, Argentina e Paraguai, as relações observadas são constituídas por características de uma região internacional, na medida em que, apresentam duas dimensões, uma local e outra global. A primeira, a dimensão local, consiste em uma dinâmica internacional, através de fluxos de pessoas e mercadorias em larga escala. E a segunda, a dimensão global, em que na geopolítica mundial estes espaços se caracterizam como uma região periférica, onde estão presentes as discussões e ações dos temas do comércio e segurança internacional.

A partir de Moura e Cardoso (2016), a região da tríplice fronteira de Foz do Iguaçu, pode ser classificada por “aglomerações transfronteiriças – também chamadas de cidades gêmeas³, cidades-pares, cidade binacional, entre outras; ou seja, cidades em ocupação contínua, que se estendem de um ao outro lado da fronteira” (MOURA; CARDOSO, 2016, p. 205). Dado que são espaços caracterizados por uma grande variedade de costumes, línguas e crenças, tornam as relações entre povos nesses contextos únicas.

Além das relações evidenciadas entre Foz do Iguaçu, *Puerto Iguaçu* e *Ciudad del Este*, também vale indicar que os outros municípios paranaenses que pertencem a faixa de fronteira do Brasil e têm seus limites com fronteira do Paraguai, estabelecem relações fronteiriças de maior ou menor visibilidade.

³O conceito de cidades-gêmeas nacionais foi estabelecido pelo Ministério da Integração Nacional de acordo com a Portaria nº 125 de 21 de março de 2014: Art. 1º Serão considerados cidades-gêmeas os municípios cortados pela linha de fronteira, seja essa seca ou fluvial, articulada ou não por obra de infraestrutura, que apresentem grande potencial de integração econômica e cultural, podendo ou não apresentar uma conurbação ou semi-conurbação com uma localidade do país vizinho, assim como manifestações "condensadas" dos problemas característicos da fronteira, que aí adquirem maior densidade, com efeitos diretos sobre o desenvolvimento regional e a cidadania. Art. 2º Não serão consideradas cidades-gêmeas aquelas que apresentem, individualmente, população inferior a 2.000 (dois mil) habitantes (BRASIL, 2014).

Através deste recorte espacial, é possível analisar que o limite da fronteira do Brasil e do Paraguai, nas margens do Lago de Itaipu, possui diferentes funções e interações que ocorrem representadas pelos municípios paranaenses da linha de fronteira internacional, e que constituem relações de contato entre os povos. No caso, são estabelecidos dois tipos de relações, as mais intensas que ocorrem nas cidades gêmeas e as caracterizadas por um fluxo menos aparente, no quesito de mobilidade populacional e de mercadorias, porém que são identificados pelos moradores dos municípios adjacentes, através das travessias pelo Lago de Itaipu. É válido indicar, que essas interatividades se dispersam pela zona de fronteira, mas é na linha de fronteira que se observa a migração cotidiana, e a territorialidade vai sendo moldada pelos fronteiriços motivadas pela convivência.

Os municípios de Foz do Iguaçu e Guaíra, estão incluídos na categoria de cidades gêmeas, devido a suas características de aproximação e interação com os demais distritos paraguaios. As interações que acontecem nos centros comerciais de *Ciudad del Este* e *Salto del Guairá*, são diferenciadas e intensas. Nestes casos, é perceptível uma migração que reflete na dinâmica urbana e na busca de serviços que se expandem para as respectivas cidades gêmeas brasileiras.

Nas cidades gêmeas, as relações são cotidianas, exercidas por estudantes, turistas de compras, como por trabalhadores e proprietários de lojas que residem no Brasil e que exercem atividade laboral no Paraguai. O fluxo inverso ocorre na busca por supermercados, principalmente do ramo atacadista. Que oportuniza uma migração constante, viabilizada pela Ponte Internacional da Amizade e pela Ponte Airton Senna (ligação entre Mato Grosso do Sul e Paraná), isto ocorre pelas relações citadas por Albuquerque (2010), referente a função exercida pela comunicação e facilidade de travessia.

Cabe indicar que os municípios de Mercedes, Marechal Cândido Rondon, Pato Bragado, Entre Rios do Oeste, Santa Helena, Missal, Itaipulândia, São Miguel do Iguaçu e Santa Terezinha do Itaipu constituem outros tipos de dinâmica fronteira de fluxo pouco aparente. Nestes casos, o Lago tem um papel fundamental na garantia de acessibilidade entre os dois lados da fronteira, porém com fluxos de mobilidade populacional reduzidos, se comparados com as cidades gêmeas. A maior parte destas travessias não ocorrem de modo legalizado, ao se considerar os trâmites de migração oficiais. E ainda, nesta região, ocorrem os fluxos de comércio ilegal, por uma migração paralela entre os dois países, principalmente vinculada a travessia de mercadorias, como drogas, armas, pneus, agroquímicos entre outros, porém que não são alvo de discussão deste artigo.

Nestas localidades, o Lago de Itaipu é o elo com os distritos do Paraguai e nestas áreas em específico, ocorre a predominância das atividades agrícolas, portanto, são áreas não urbanizadas, o que dificulta o controle migratório e alfandegário. De acordo com Bade (2019) os dois lados da fronteira possuem realidades muito distintas, onde os indicadores sociais nos distritos da linha de fronteira do Paraguai, tem maiores relações de desigualdades sociais, se comparados com os níveis nacionais do país e, se comparados com os níveis dos indicadores do lado brasileiro. Este apontamento se revela importante, uma vez que justifica a migração de moradores do Paraguai para terem acesso a serviços básicos, os quais eles buscam do lado brasileiro.

Estes serviços são variados, como no setor de comércio, na área da saúde e na educação. De acordo com Azevedo (2015), as buscas por serviços de saúde do lado brasileiro ocorrem pela proximidade, pois a travessia do lago é mais rápida e facilitada, do que, por exemplo, se os moradores fossem buscar os mesmos serviços no seu país, já que o acesso até os centros de saúde localizados em cidades mais estruturadas, é feito por estradas, na maioria das vezes não pavimentadas. Outro fator na busca por serviços do lado brasileiro é o cultural, principalmente por migrantes brasileiros e seus descendentes, pelo fato de sentirem maior segurança nos serviços e na facilidade de comunicação nos estabelecimentos brasileiros. E assim, também se tem a motivação pela oferta dos serviços gratuitos via o Sistema Único de Saúde – SUS, onde as estratégias são diversas para o acesso aos serviços que são conseguidos por uma rede de solidariedade, a qual é formada por moradores dos municípios brasileiros que mantêm o contato com os moradores dos distritos do Paraguai.

Nestes municípios e distritos, onde ocorre o fluxo pelo Lago de Itaipu, feito através de pequenas embarcações, se observa uma migração predominante de moradores do Paraguai em direção aos municípios brasileiros, sobretudo na busca por serviços básicos (comércio, saúde, educação), haja visto a facilidade da travessia. A mesma interação, no entanto, não ocorre na direção contrária, pois observa-se que a migração de moradores brasileiros ao Paraguai, é delimitada em função das atividades agrícolas, sendo realizada por proprietários de terras paraguaios, ou prestadores de serviços, como agrônomos. Também há migração esporádica em virtude de atividades de pesca, turismo e para a visita de parentes e amigos. Salvo isso, não há interesse significativo de brasileiros em realizar a travessia para o Paraguai via Lago de Itaipu.

A relações estabelecidas, confirmam de acordo com Jessop (2004), que os espaços fronteiros são acentuados pelas trocas, oportunizadas pelas vantagens territoriais no que consiste

aspectos do desenvolvimento, produção, serviços, trabalho e consumo. As observações, por meio do trabalho de campo, confirmam a territorialidade desenvolvida de modo espontâneo, também descrita por Machado (1998; 2005), na relação caracterizada pelos fluxos e interações transfronteiriças de bens e serviços. Isto, estabelece que as comunidades de fronteira, pelo seu caráter subnacional, possuem necessidades específicas que precisam ser consideradas para o desenvolvimento de seus territórios.

Albuquerque (2010) assevera que as fronteiras revelam a vivência humana, e declara que:

A noção de fronteira adquire variados significados no mundo contemporâneo. Fronteiras como delimitações de territórios ou como metáforas da vida social, fronteiras porosas e rígidas, barreiras ou formas de travessias, diferenças e sincretismos, limites e caminhos. A fronteira é, por definição, um termo polissêmico e que pode ser apreendido mediante diferentes metáforas (ALBUQUERQUE, 2010 p. 329).

Com base em Benedetti (2013), a área de estudo apresenta características de fronteiras como realidades relacionais, por serem zonas de contato, onde se expressam relações amistosas de vizinhança. Pelo exposto, os municípios analisados apresentam dinâmicas diferenciadas, ocasionadas pelos fluxos transfronteiriços.

O sentido em delimitar e definir as fronteiras nacionais indica sua ligação com as relações de poder. As redes criadas nesses espaços, que ultrapassam os limites institucionais, desempenham um importante papel na conjugação de políticas públicas e de cooperação. Isso demonstra a emergência desse assunto na Geografia, e que não se pode deixar de considerar a presença da população fronteiriça através de fluxos constantes que se complementam de acordo com as necessidades da comunidade local.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através do exposto, fica evidente que os estudos fronteiriços estão em constante evolução, seja com a definição dos termos ou através de novos significados para os conceitos já utilizados. Conceber estudos teóricos sobre as fronteiras auxilia na compreensão dos espaços periféricos que

são as regiões fronteiriças. Assim, o levantamento da literatura existente é fundamental para que novos estudos sejam elaborados.

Neste entendimento, identifica-se que o conceito de fronteira é visualizado se dois modos. Um a partir do contexto físico-político, que envolve a soberania na formação dos Estados-Nações, representado pelos limites e áreas de separação onde as relações de poder são evidenciadas. E outro, onde a fronteira se configura como um espaço de contato entre povos, representado pela diversidade de culturas e de hábitos acontecem pela aproximação, que destaca a fronteira como um espaço de trocas, caracterizado pela territorialização.

De fato, as fronteiras evoluem, assim como seu significado, o que depende de onde se localizam, da escala temporal, dos fatores geopolíticos que as influenciam, enfim, as fronteiras são construções sociais que podem ou não coincidir com os limites naturais. Entender o conceito de fronteira é fundamental para caracterizar as especificidades que representam cada um desses espaços, e assim, compreender as relações sociais que ali se estabelecem.

A tentativa de se definir um conceito tão fluido como a fronteira, perpassa por significados múltiplos, uma vez que não há um conceito universal que traz consigo todas as respostas do que é de fato uma fronteira e tudo que ela abarca. Ou seja, o termo apresenta versões contraditórias, que evoluíram com o passar dos tempos, e que ultrapassam a condição física ou jurídica, por ser uma construção humana e assim adquire tal complexidade.

Ao analisar a região fronteiriça do Lago de Itaipu, é notória a complexidade de caracterização e gestão de uma fronteira. Nas cidades gêmeas os fluxos de pessoas e mercadorias são maiores e ocorrem por via rodoviária. E nos outros municípios a dinâmica é mais lenta e difusa e ocorre através do Lago de Itaipu. Nos municípios fronteiriços que não são cidades gêmeas, as migrações consistem na busca pelos acessos a serviços, motivados pela rapidez da travessia e pela inexistência de núcleos mais urbanizados e desenvolvidos nas adjacências da margem paraguaia. Portanto, como anteriormente mencionado, estes fluxos foram caracterizados como pouco aparentes, visto que por serem estratégias ilegais de migração, não são possíveis de serem comprovados com dados oficiais, mas que são percebidos pelos pesquisadores e vivenciados no cotidiano pela população fronteiriça.

6 REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, José Lindomar Coelho. **A dinâmica das fronteiras: os brasiguaios na fronteira entre o Brasil e o Paraguai**. São Paulo: Annablume, 2010. 268 p.

ANCEL, Jacques. **Géographie des Frontières**. Paris: Gallimard, 1938.

ANCEL, Jacques. Geopolítica de fronteras. In: CASTAGNIN, Daniel (comp.). **Poder global y Geopolítica**. Buenos Aires: Pleamar, 1984. p. 85-178.

AZEVEDO, Suelen Terre de. **A transfronteirização entre Brasil e Paraguai: a saúde nos municípios margeados pelo Lago de Itaipu**. 2015. 145 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Geografia - Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, PR., 2015. Disponível em: <https://tede.unioeste.br/bitstream/tede/1673/1/Suelen_Azevedo_2015>. Acesso em 14 nov. 2022.

BADE, Maicol Rafael. **Fragilidade e vulnerabilidade socioambiental nas bacias hidrográficas do Paraná 3 (Brasil) e do Alto Paraná (Paraguai): estudo em área de fronteira**. 2019. 274 f. Tese (Doutorado) - Curso de Geografia, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2019.

BECKER, Bertha Koifmann. A Geografia e o Resgate da Geopolítica. **Espaço Aberto**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p. 117-150, 2012. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/EspacoAberto/article/view/2079>. Acesso em: 14 nov. 2022.

BECKER, Bertha Koifmann. O uso político do território: questões a partir de uma visão do terceiro mundo. In: BECKER, B.; HAESBAERT, R.; SILVEIRA, C. (Org.). **Abordagens políticas da espacialidade**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1983. p.1-21.

BENEDETTI, Alejandro. Los espacios fronterizos binacionales del sur sudamericano en perspectiva comparada. **Geopantanal**, Corumbá, v. 8, n. 15, p. 37-72, jul./dez. 2013. Disponível em: <<https://periodicos.ufms.br/index.php/revgeo/article/view/274>>. Acesso em 13 nov. 2022.

CATAIA, Marcio. **Território nacional e fronteiras internas**. A fragmentação do território brasileiro. 2001. 163f. Tese (Doutorado) - Curso de Geografia, Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade de São Paulo, São Paulo. 2001. Disponível em:

<<https://www.ige.unicamp.br/spec/wp-content/uploads/sites/22/2014/08/tese-Marcio-Cataia.pdf>>. Acesso em 14 nov. 2022.

CORRÊA, Roberto. Lobato. Espaço, um conceito-chave da geografia. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. (Orgs.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p. 15-48.

CURY, Mauro José Ferreira. **Territorialidades Transfronteiriças Do Iguassu (TTI):** Interconexões, interdependências e interpenetrações nas cidades da Tríplice Fronteira - Foz do Iguaçu (BR), Ciudad del Leste (PY) e Puerto Iguazú (AR). 2010. 233 f. Tese (Doutorado) - Curso de Geografia, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2010.

FOUCHER, Michel., **Fronts e Frontières**. Un Tour du Monde Géopolitique. Paris, Fayard. 1991.

GIMENEZ, H. M.; LISBOA, M. T.; SILVA, M. A.; DIALLO, M. A. A Tríplice Fronteira como região: Dimensões internacionais. **Cadernos Prolam/USP**, São Paulo, v. 17, n. 33, p. 148-167, 2018. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/prolam/article/view/157693>>. Acesso em 16 jan. 2022.

GOTTMANN, Jean. **La Politique des États et Leur Géographie**. Paris: Armand Colin, 1952.

GOTTMANN, Jean. **The significance of territory**. Charlottesville: University Press of Virginia, 1973. 169 p.

HAESBAERT, R.; LIMONAD, E. O território em tempos de globalização. **Revista Eletrônica de Ciências Sociais Aplicadas**, v. 1, n. 2, p. 7-20, ago. 2007. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/geouerj/article/view/49049>>. Acesso em 13 nov. 2022.

HAESBAERT, Rogério. **Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade**. Porto Alegre, RS: UFRGS, 2004.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. p. 337-372.

HEINSFELD, Adelar. A fronteira: historicidade e conceitualização. *In*: RADIN, José Carlos; VALENTINI, Delmir José; ZARTH, Paulo A. **História da Fronteira Sul**. Chapecó: Ed. UFFS. 352p. 2016. p. 25-42

JESSOP, Bob. La economía política de la escala y la construcción de las regiones transfronterizas. **Eure**, Santiago, Chile, v. 30, n. 89, p. 25-41, mai. 2004. Disponível em: [≤https://www.scielo.cl/pdf/eure/v30n89/art02.pdf>](https://www.scielo.cl/pdf/eure/v30n89/art02.pdf). Acesso em 14 nov. 2022.

LACOSTE, Yves. **A geografia** – isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra. FRANÇA, Maria Cecília (trad.), 4 ed. Campinas, SP: Papirus, 1997. 264 p.

MACHADO, Lia Osório. Estado, territorialidade, redes: cidades gêmeas na zona de fronteira sul-americana. *In*: SILVEIRA, Maria Laura (Org.). **Continente em chamas: globalização e território na América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 243-284.

MACHADO, Lia Osório. HAESBAERT, Rogério *et al.* O desenvolvimento da faixa de fronteira – uma proposta conceitual-metodológica. *In*: OLIVEIRA, Tito C. M. de (Orgs.). **Território sem limites – estudos sobre fronteiras**. Campo Grande, MS: UFMS, 2005. p. 51-76.

MACHADO, Lia Osório. Limites, fronteiras, redes. *In*: STROHAECKER, Tania Marques *et al.* (org.). **Fronteiras e Espaço Global**. Porto Alegre: AGB-Porto Alegre, 1998. p. 41-49.

MARTINS, José de Souza. **Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano**. São Paulo: Hucitec, 1997.

MATOS, João. **Fronteiras terrestres: conceitos e aplicação**. Lisboa: Lidel, 2012. 240 p.

MORAES, Antônio Carlos Robert. **Geografia: pequena história crítica**. 20. ed. São Paulo: Annablume, 2005. 152 p.

MOURA, Rosa; CARDOSO, Nelson Ari. Mobilidade Transfronteiriça: o ir e vir na fronteira do possível. *In*: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL: DESENVOLVIMENTO, PLANEJAMENTO E GOVERNANÇA: 30 ANOS DE ANPUR, 15, 2013, Recife. **Anais [...]**. Recife: Anpur, 2013. p. 1-17.

PEITER, Paulo César. **Geografia da saúde na faixa da fronteira continental do Brasil na passagem do milênio**. 2005. 308 f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em

Geografia, Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005. Disponível em: <<http://www.retis.igeo.ufrj.br/wp-content/uploads/2011/07/2006-geografia-da-saude-na-faixa-PCP.pdf>>. Acesso em 14 nov. 2022.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RAFFESTIN, Claude. **Pour une Géographie du pouvoir**. Paris: Ed. Litec, 1980.

RATZEL, Friedrich, **Géographie Politique**. Paris: Diffusion Economica, 1988.

SACK, Robert David. **Human territoriality: its theory and history**. Cambridge: Cambridge University Press. 1986. 276 p.

SAQUET, Marcos Aurélio; A renovação da Geografia: a construção de uma teoria de território e de territorialidade na obra de Jean Gottmann. **Revista da ANPEGE**. v. 5, p. 135-145, 2009.

SILVEIRA, Maria Laura. Território Usado: Dinâmicas de Especialização, Dinâmicas de Diversidade. **Revista Ciência Geográfica**, Bauru, v. 15, n. 1, p. 4-12, jan./dez. 2011. Disponível em: <https://www.agbbauru.org.br/publicacoes/revista/anoXV_1/AGB_dez2011_artigos_versao_internet/AGB_dez2011_01.pdf>. Acesso em 13 nov. 2022.

STEIMAN, Rebeca. **A geografia das cidades de fronteira: um estudo de caso de Tabatinga (Brasil) e Letícia (Colômbia)**. 2002. 117 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002. Disponível em: <<http://www.retis.igeo.ufrj.br/wp-content/uploads/2011/06/2002-geografia-das-cidades-de-fronteira-RST.pdf>>. Acesso em 14 nov. 2022.

STEIMAN, Rebeca. **Áreas protegidas nas zonas de fronteira internacional da Amazônia brasileira**. 2008. 219 f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: <<http://www.retis.igeo.ufrj.br/wp-content/uploads/2011/06/2008-Areas-protegidas-Amazonia-RST.pdf>>. Acesso em 14 nov. 2022.

STEIMAN, Rebeca; MACHADO, Lia. O. 2002. Limites e Fronteiras Internacionais: uma discussão histórico-geográfica. **Terra Limitanea: Atlas da Fronteira Continental do Brasil**. Rio de Janeiro: Grupo RETIS / CNPq / UFRJ. [ISBN: 85-903727-1-5].

TURNER, Frederick Jackson. **The frontier in american history**. New York: Henry Holt and Company, 1920.

WESLEY, Maria Helena de Amorim. Fronteiras transnacionais, territórios cibernéticos e os impactos na Cultura e na Soberania Nacional. *In: Seminário Soberania Nacional E Relações Internacionais - Natureza Das Fronteiras*, 1., 2011, Rio de Janeiro. **Anais [...]** Rio de Janeiro: Institucional Extra Limites, ABD (Academia Brasileira de Defesa), 2011. p. 1-54.

Data de recebimento: 18 de novembro de 2022.

Data de aceite: 28 de setembro de 2023.